



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Nova Esperança do Piriá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Nova Esperança do Piriá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



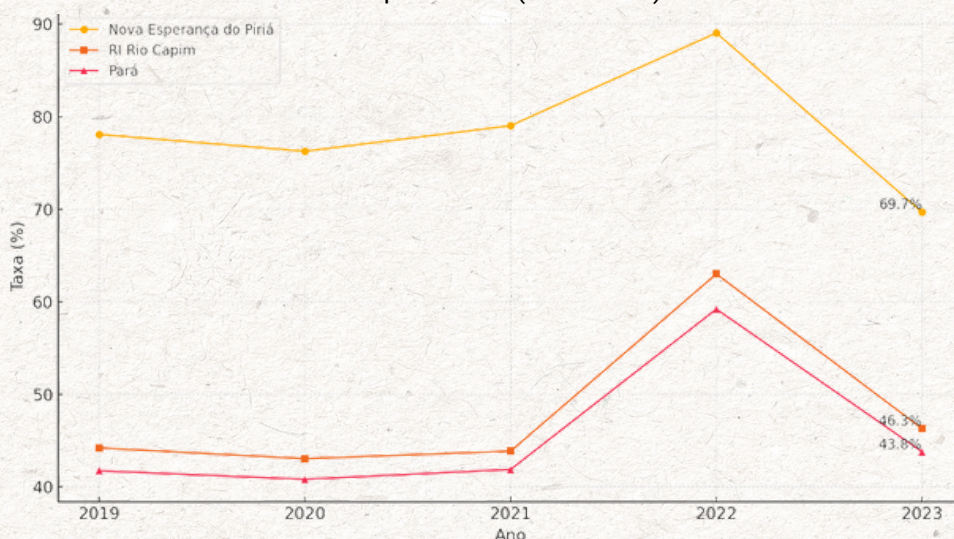
Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, Nova Esperança do Piriá manteve uma taxa de pobreza elevada, partindo de 78% em 2019, caindo ligeiramente para 76,3% em 2020 e voltando a crescer para 79% em 2021. A Região de Integração (RI) Rio Capim apresentou mais estabilidade, com valores próximos a 44,2% em 2019, 43% em 2020 e 43,8% em 2021. No mesmo período, o estado do Pará registrou taxas em torno de 41,8% a 41,9%. Esses dados demonstram que Nova Esperança mantinha um nível de pobreza bem acima da média regional e estadual. A estabilidade nas esferas estadual e

regional contrasta com a oscilação do município. Apesar da leve melhora em 2020, Nova Esperança não conseguiu manter essa tendência (Gráfico 1).

Em 2022, ocorreu um aumento expressivo da taxa de pobreza em todas as esferas, com destaque para Nova Esperança, que atingiu 89,0%. A RI Rio Capim subiu para 63%, e o Pará alcançou 59%, revelando um agravamento generalizado das condições socioeconômicas. No entanto, em 2023, houve redução significativa: Nova Esperança caiu para 69,7%, a RI para 46,3% e o estado para 43,8%. Essa re-

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

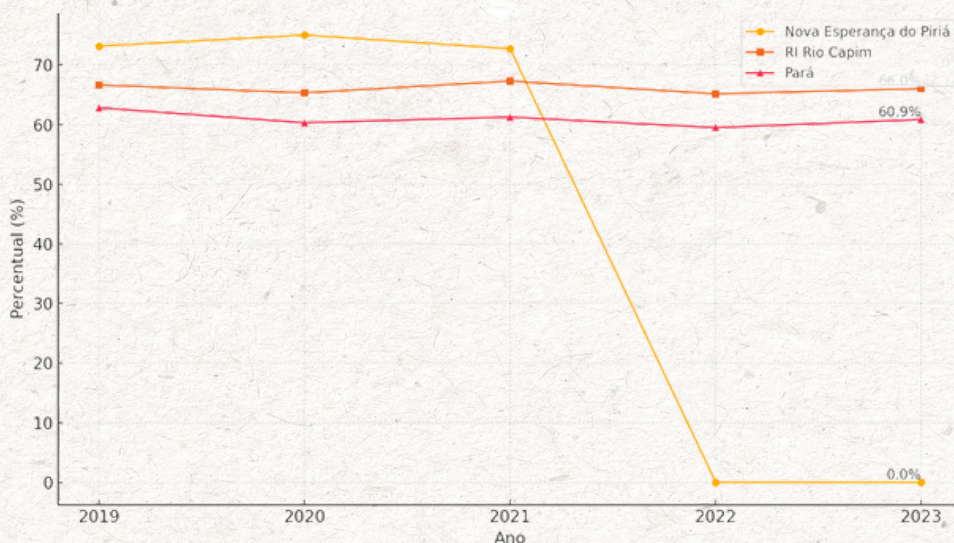
Entre 2019 e 2021, Nova Esperança do Piriá apresentou altos percentuais de aplicação de recursos em serviços essenciais: 73% em 2019, 75% em 2020 e 73% em 2021. A RI Rio Capim, no mesmo intervalo, manteve-se relativamente estável com 67%, 65% e 67%, respectivamente. O estado do Pará registrou percentuais inferiores, variando entre 63% (2019), 60,5% (2020) e 61% (2021). Os dados indicam que, até 2021, o município priorizava investimentos essenciais acima da média estadual. Essa trajetória reforça o papel das gestões locais no financiamento de políticas públicas básicas. A variação regional e estadual foi pequena, sinalizando estabilidade nas demais esferas. No entanto, essa es-

tabilidade não se manteve para Nova Esperança nos anos seguintes (Gráfico 2).

A partir de 2022, o município registrou 0,0% de despesas com serviços essenciais, índice que permaneceu inalterado em 2023. Isso sugere ausência de registros ou mudança metodológica, já que valores tão baixos são incompatíveis com qualquer política pública mínima. Enquanto isso, a RI Rio Capim manteve 65% em 2022 e subiu para 66% em 2023, e o estado do Pará oscilou entre 59,5% e 60,9% no mesmo período. A ausência de dados de Nova Esperança impossibilita comparações diretas recentes, comprometendo a análise sobre eficiência ou descontinuidade de políticas públicas locais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

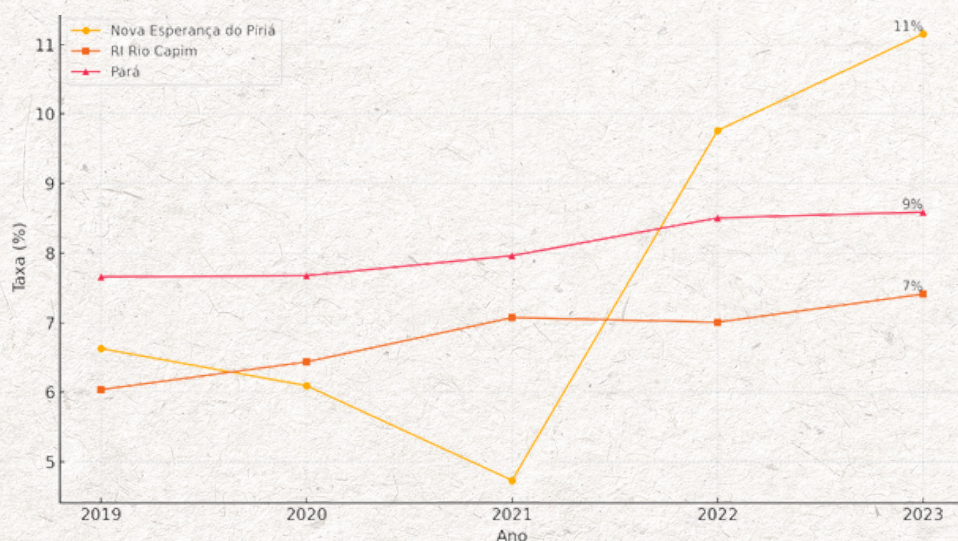
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em 2019, Nova Esperança do Piriá iniciou com 6,6% de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer. Em 2020, a taxa recuou para 6,1%, e em 2021 chegou ao menor valor do período: 4,7%. Essa queda foi inversa à tendência observada na RI Rio Capim, que foi de 6,0% (2019) para 6,4% (2020) e 7,1% (2021). O estado do Pará também apresentou crescimento, passando de 7,7% em 2019 para 8,0% em 2021. Até esse momento, Nova Esperança demonstrava bons resultados em saúde materno-infantil. Isso pode refletir ações locais de atenção básica mais eficazes no período. A situação, no entanto, começou a se inverter drasticamente a partir de 2022 (Gráfico 3).

A partir de 2022, a taxa de baixo peso ao nascer em Nova Esperança disparou para 9,8% e, em 2023, alcançou 11,0%, a pior marca do período. A RI Rio Capim manteve estabilidade, com 7,0% em 2022 e leve alta para 7,4% em 2023. Já o estado do Pará oscilou de 8,5% para 8,6%. Essa disparidade evidencia um retrocesso acentuado no município em comparação às demais esferas. A deterioração pode estar associada à perda de investimentos em saúde, insegurança alimentar ou fatores sociais agravantes. O avanço rápido desse indicador requer atenção urgente das autoridades públicas (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

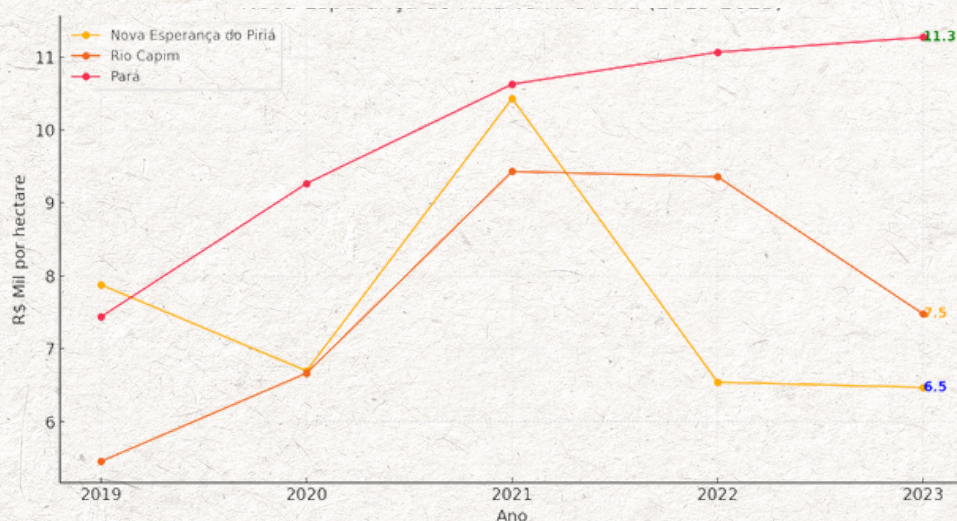
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Nova Esperança do Piriá iniciou o período com R\$ 7,85 mil por hectare em 2019, apresentando queda em 2020 para R\$ 6,65 mil, seguida por expressiva recuperação em 2021, atingindo R\$ 10,45 mil. A RI Rio Capim apresentou trajetória semelhante: R\$ 5,50 mil/ha (2019), R\$ 6,65 mil/ha (2020) e R\$ 9,45 mil/ha (2021). Já o estado do Pará mostrou crescimento contínuo, indo de R\$ 7,40 mil/ha (2019) para R\$ 10,60 mil/ha (2021). Esse movimento de alta até 2021 sugere condições climáticas e econômicas favoráveis, além de possível modernização das práticas agrícolas. Tanto o município quanto a RI acompanharam essa tendência positiva. A produtividade no município superou até mesmo o estado em 2021 (Gráfico 4).

No entanto, a partir de 2022 houve uma inflexão negativa em Nova Esperança, com a produtividade caindo para R\$ 6,55 mil/ha e mantendo-se praticamente estável em 2023, com R\$ 6,50 mil/ha. A RI Rio Capim também recuou: R\$ 9,35 mil/ha em 2022 e R\$ 7,50 mil/ha em 2023. Em contrapartida, o estado do Pará manteve sua curva de crescimento, alcançando R\$ 11,05 mil/ha em 2022 e R\$ 11,30 mil/ha em 2023. Isso evidencia uma desaceleração acentuada em nível local e regional, contrastando com a expansão estadual. A queda pode estar relacionada à perda de investimentos, condições climáticas adversas ou redução da área cultivada com alto rendimento (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

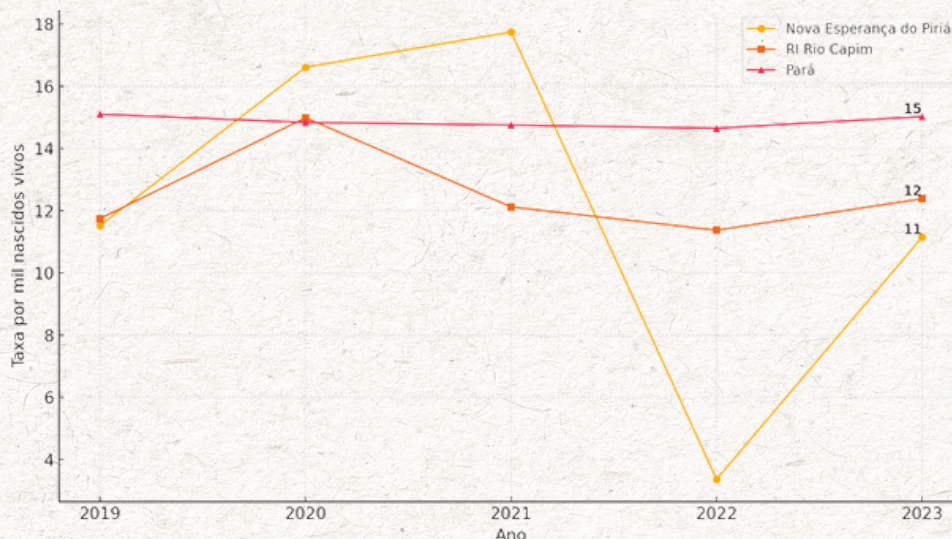
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Nova Esperança do Piriá, a taxa de mortalidade infantil apresentou um pico em 2021, com 17,7 por mil nascidos vivos, antes de cair drasticamente para 3,5 em 2022 e subir novamente para 11 em 2023. O valor mais baixo registrado no período foi em 2022, enquanto o mais alto foi em 2021. Na RI Rio Capim, os números oscilaram de forma mais estável, indo de 11,8 em 2019 para 12,4 em 2023, com pico de 15 em 2020. No Pará, os valores permaneceram praticamente constantes, oscilando de 15,2 em 2019 para 15 em 2023, demonstrando estabilidade, mas sem significativa melhora ao longo do período (Gráfico 5).

A análise mostra que Nova Esperança do Piriá teve uma queda brusca entre 2021 e 2022, sugerindo uma possível melhoria temporária nas condições de saúde ou subnotificação, mas a elevação em 2023 indica instabilidade no atendimento materno-infantil. Já a RI Rio Capim apresentou uma redução entre 2020 e 2022, mas voltou a subir, enquanto o estado do Pará manteve-se em patamar elevado e estável. Isso sugere desafios persistentes na redução da mortalidade infantil em toda a região, com picos locais pontuais no município que exigem investigações específicas (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

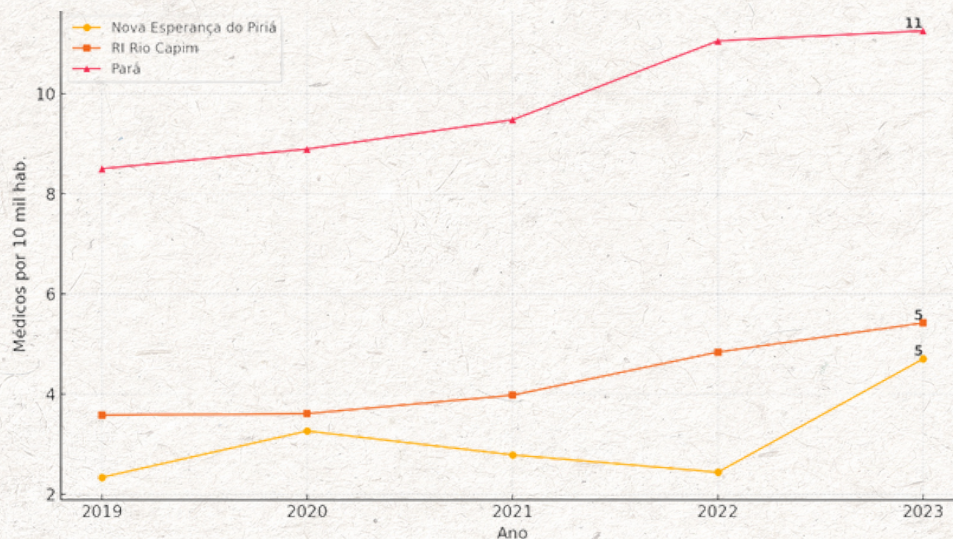
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Nova Esperança do Piriá, o número de médicos por 10 mil habitantes cresceu de forma geral entre 2019 e 2023, iniciando com 2,3 médicos em 2019 e atingindo 5,0 em 2023. Houve flutuações em 2021 (queda para 2,8) e 2022 (2,4), mas a recuperação em 2023 sugere reforço na cobertura médica. Na RI Rio Capim, o número aumentou de 3,6 em 2019 para 5,3 em 2023, mantendo um crescimento constante. Já o estado do Pará apresentou a maior densidade, subindo de 8,5 para 11 médicos por 10 mil habitantes no mesmo período, com crescimento contínuo (Gráfico 6).

Esse comportamento indica que, apesar do aumento, o município ainda se encontra com menor cobertura médica comparado às médias regional e estadual. A elevação mais acelerada nos últimos dois anos pode refletir políticas recentes de contratação ou fixação de médicos. O crescimento contínuo no estado do Pará demonstra tendência de melhora na distribuição de profissionais, embora desigualdades territoriais ainda estejam presentes, especialmente em municípios menores como Nova Esperança do Piriá (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Nova Esperança do Piriá apresentou uma redução significativa na oferta de vagas no ensino público, passando de 288 vagas por mil habitantes em 2019 para 242 em 2023. Apesar de uma leve recuperação em 2021, o número voltou a cair nos dois anos seguintes. A RI Rio Capim também apresentou queda no período, de 220 para 210, com um breve aumento em 2022. Já o estado do Pará teve uma diminuição constante, partindo de 211 em 2019 para 198 em 2023, mostrando uma tendência de declínio mais suave (Gráfico 7).

Esse panorama aponta para uma redução da capacidade de oferta de ensino público, sobretudo no município, que teve uma queda mais acentuada que a média estadual. A retração pode estar associada a fechamento de turmas, evasão escolar ou ajuste populacional. A queda simultânea nos três níveis territoriais sugere que se trata de um fenômeno sistêmico no estado, exigindo ações coordenadas para expandir novamente a cobertura da rede pública de ensino (Gráfico 7).

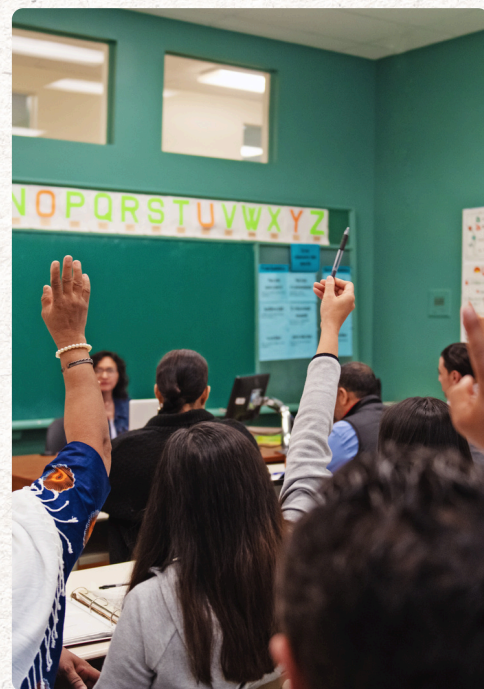
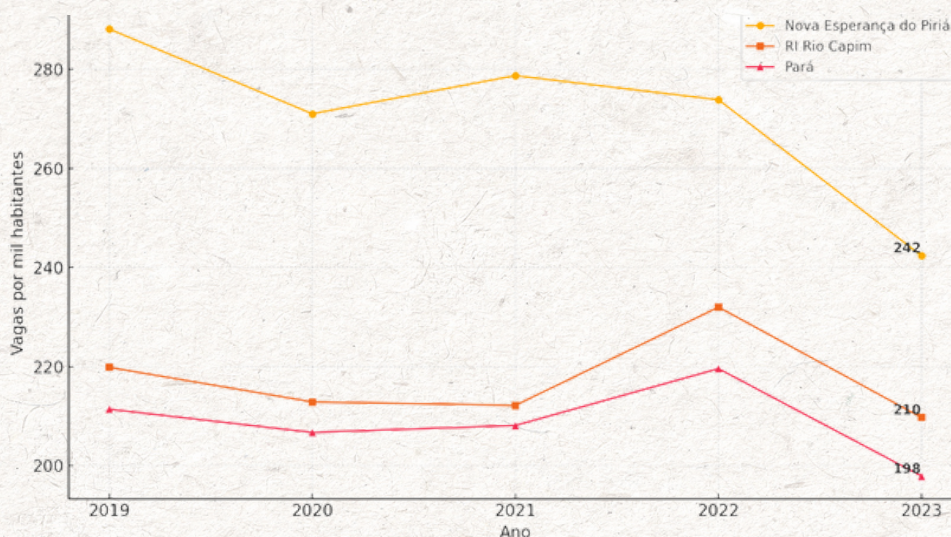


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

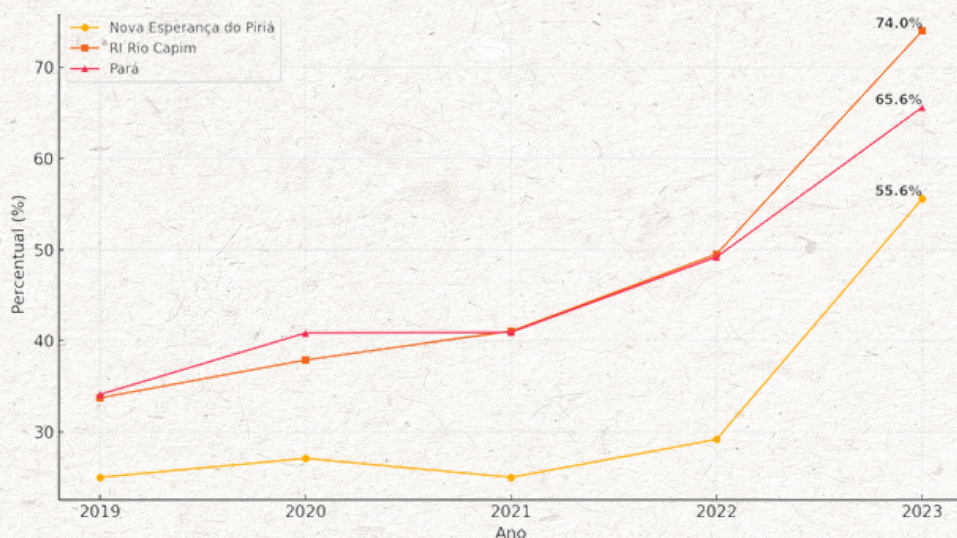
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 242 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O município de Nova Esperança do Piriá registrou avanço expressivo na conectividade das escolas, saindo de apenas 24,6% em 2019 para 55,6% em 2023. A maior expansão ocorreu entre 2022 e 2023, quando o percentual saltou de 29,1% para 55,6%. A RI Rio Capim apresentou evolução ainda mais robusta, alcançando 74% em 2023, contra 34% em 2019. Já o estado do Pará registrou crescimento de 34% para 65,6% no mesmo período, com evolução constante (Gráfico 8).

Esse crescimento reflete investimentos em infraestrutura digital nas escolas, possivelmente impulsionados pelas demandas do ensino remoto na pandemia. Apesar da melhora significativa, Nova Esperança do Piriá ainda está abaixo da média estadual e regional, indicando desigualdades de acesso à tecnologia educacional. A tendência positiva em todos os níveis aponta para um avanço relevante na digitalização da rede pública, essencial para reduzir a exclusão digital educacional (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

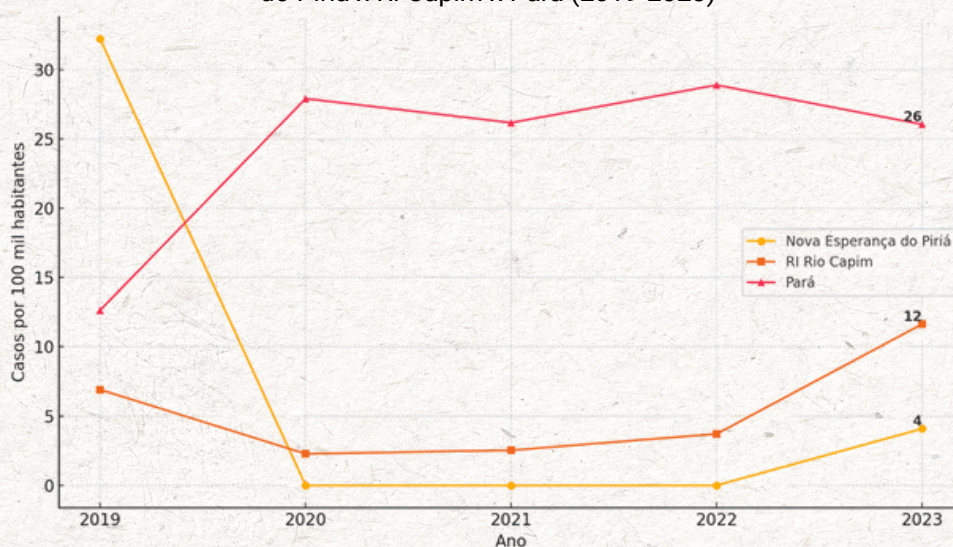


Em Nova Esperança do Piriá, houve uma queda drástica de 31,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 para praticamente zero de 2020 a 2022, com leve retomada para 4 em 2023. Na RI Rio Capim, os números também caíram de 6,9 em 2019 para 2,3 em 2020, mantendo-se abaixo de 4 até 2022, mas subindo novamente para 12,0 em 2023. No estado do Pará, observou-se tendência inversa: a taxa aumentou de 12,8 em 2019 para 28,5 em 2020, manteve-se elevada e atingiu 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A análise mostra inconsistência nos dados de Nova Esperança do Piriá, o que pode indicar subnotificação nos anos de 2020 a 2022. Em contraste, o estado do Pará apresenta crescimento preocupante na violência doméstica ao longo do período, possivelmente influenciado pela maior visibilidade e denúncias nos últimos anos. O aumento em 2023 na região e no município pode indicar uma reversão na tendência de silêncio ou melhorias nos canais de denúncia, exigindo atenção das políticas públicas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

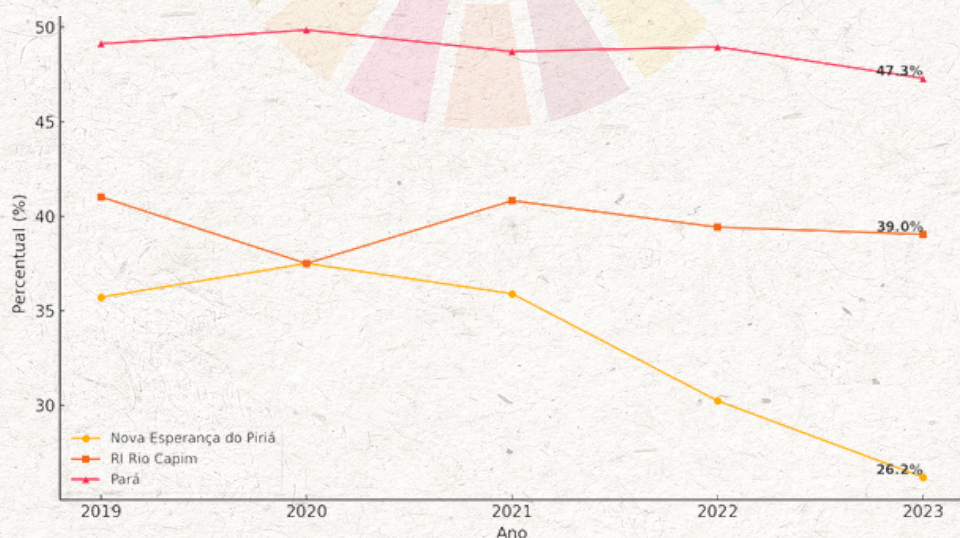
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O município de Nova Esperança do Piriá apresentou queda significativa na ocupação feminina em cargos gerenciais, passando de 35,6% em 2019 para apenas 26,2% em 2023. Já a RI Rio Capim oscilou levemente, partindo de 41% em 2019 e finalizando com 39% em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade elevada, indo de 49,2% em 2020 para 47,3% em 2023, sempre acima de 48% até 2022 (Gráfico 10).



Esses dados revelam uma perda expressiva de espaço das mulheres em cargos de liderança no município, contrastando com a estabilidade no nível estadual. Tal retração pode refletir mudanças políticas ou estruturais locais que desfavorecem a equidade de gênero. Enquanto isso, os dados estaduais indicam avanço na inclusão feminina em posições de liderança, apontando para um desafio de alinhamento local com as metas de igualdade (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

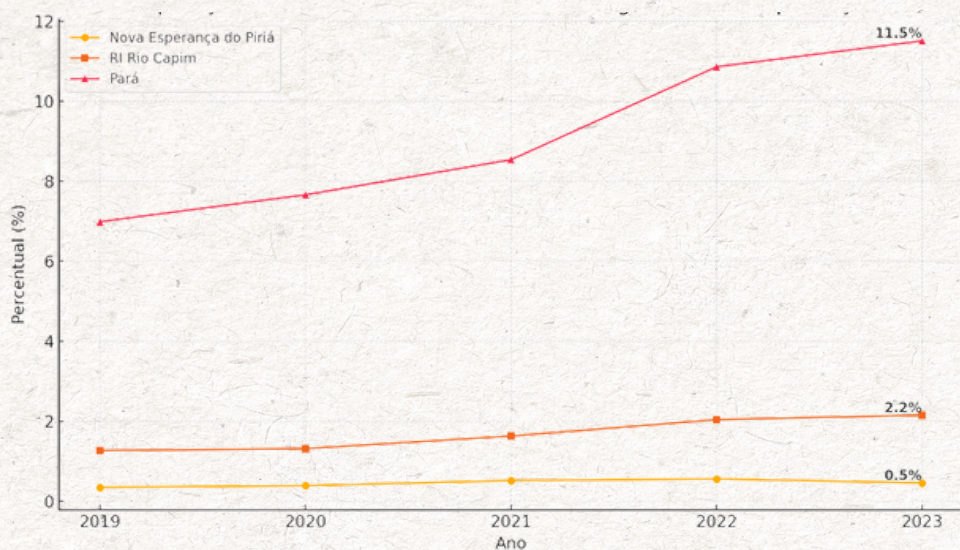
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Nova Esperança do Piriá, a cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda permaneceu extremamente baixa, passando de 0,3% em 2019 para apenas 0,5% em 2023. A RI Rio Capim teve leve crescimento, saindo de 1,3% para 2,2% no mesmo período. Já o estado do Pará registrou um avanço mais expressivo, passando de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento mais acentuado a partir de 2021 (Gráfico 11).

A análise mostra que Nova Esperança do Piriá permanece em condição crítica, com praticamente nenhuma cobertura de esgoto para as populações mais vulneráveis, o que indica negligência em políticas de saneamento. Enquanto isso, o estado vem apresentando avanços importantes, ainda que insuficientes frente ao déficit histórico. A situação no município evidencia a necessidade urgente de investimentos direcionados a essa população (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

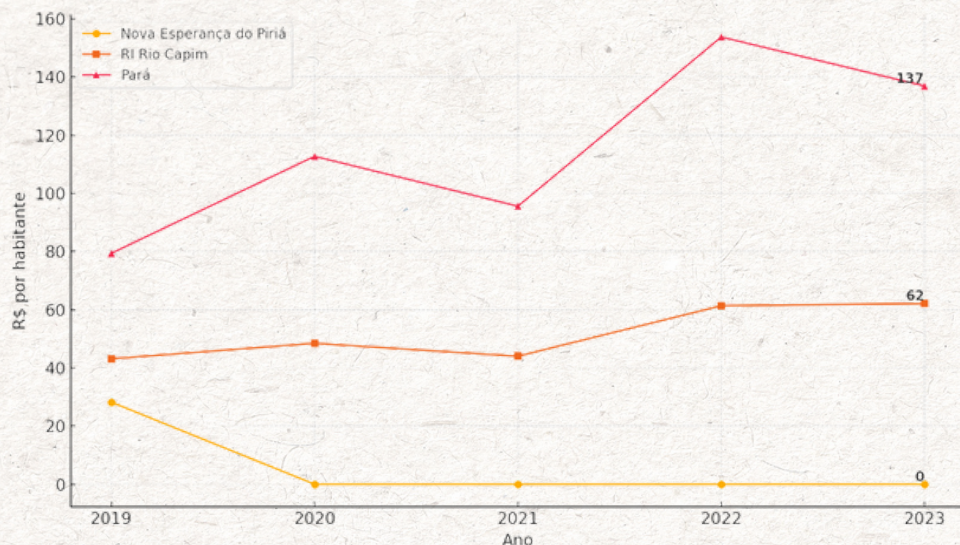
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Nova Esperança do Piriá reduziu drasticamente seus investimentos em saneamento, de R\$ 28,1 por habitante em 2019 para R\$ 0,00 de 2020 a 2023. A RI Rio Capim apresentou crescimento, de R\$ 43,8 em 2019 para R\$ 62,3 em 2023. O estado do Pará teve elevação ainda mais significativa, de R\$ 80,1 para R\$ 137,1 no mesmo intervalo, com pico de R\$ 153,8 em 2022 (Gráfico 12).

A ausência de investimento nos últimos quatro anos no município é alarmante, especialmente considerando o baixíssimo acesso ao esgoto. Isso compromete a saúde pública e a dignidade da população local. O contraste com os dados da região e do estado evidencia disparidades graves na priorização orçamentária. A situação sugere necessidade urgente de reestruturação da política local de saneamento (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

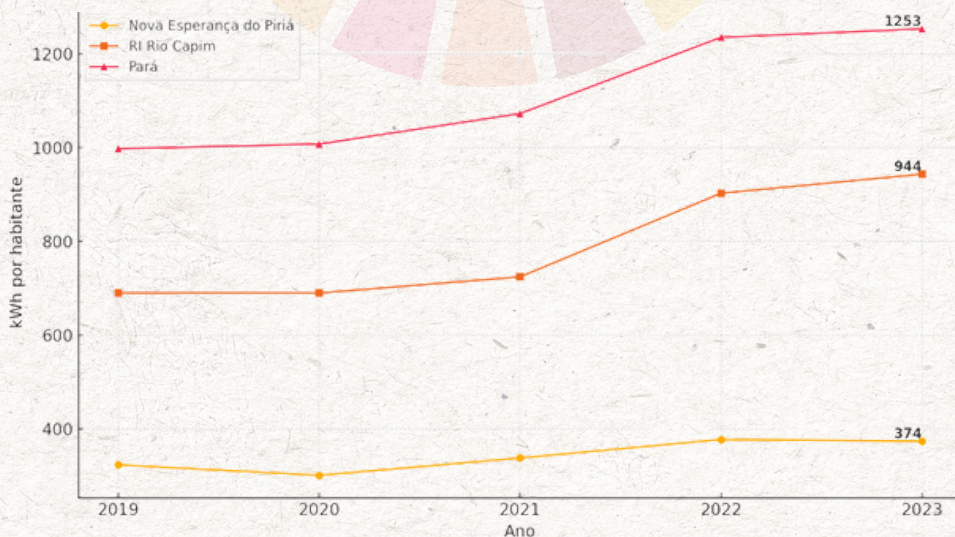


Em Nova Esperança do Piriá, o consumo de energia elétrica por habitante apresentou crescimento entre 2019 e 2023, saindo de 324 kWh/hab. em 2019 para 374 kWh/hab. em 2023. Houve leve recuo em 2020 (304 kWh/hab.), seguido de retomada gradual nos anos seguintes. Na RI Rio Capim, o aumento foi mais expressivo: de 690 kWh/hab. em 2019 para 944 kWh/hab. em 2023, com forte aceleração a partir de 2021. Já o estado do Pará mostrou o maior patamar, passando de 996 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Essa tendência geral de crescimento indica expansão do acesso à energia e possível melhoria nas condições de vida e consumo. No entanto, o município ainda apresenta um consumo per capita muito inferior à média estadual, o que pode refletir limitações na infraestrutura elétrica ou menor poder aquisitivo. A diferença entre Nova Esperança do Piriá e o estado é de cerca de 879 kWh/hab. em 2023, demonstrando a desigualdade energética entre o município e o restante do estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 374 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

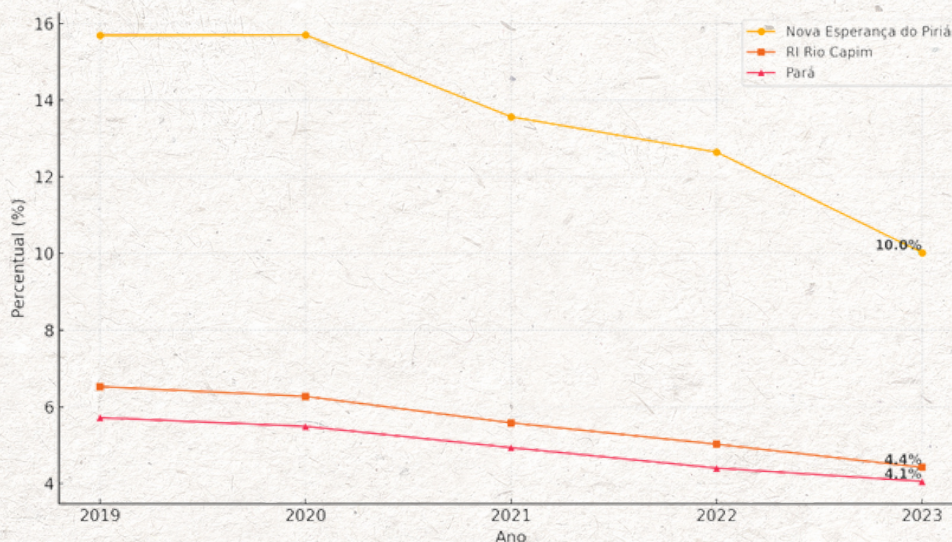
Nova Esperança do Piriá apresentou queda progressiva no uso de iluminação fóssil entre a população de baixa renda, passando de 15,7% em 2019 para 10% em 2023. A redução foi mais acentuada entre 2021 (13,6%) e 2023. Na RI Rio Capim, a taxa caiu de 6,5% para 4,4%, também com redução contínua ao longo do período. No estado do Pará, a diminuição foi semelhante, passando de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, refletindo avanços consistentes em energia elétrica nas camadas mais vulneráveis (Gráfico 14).



Apesar da melhora, Nova Esperança do Piriá ainda apresenta taxa mais que o dobro da estadual, indicando que muitos domicílios ainda não têm acesso seguro e permanente à energia elétrica. A persistência da iluminação com fontes fósseis (como lamparinas ou velas) implica riscos à saúde, segurança e qualidade de vida. A tendência de queda é positiva, mas a desigualdade regional evidencia a necessidade de investimentos mais direcionados à eletrificação rural e urbana de baixa renda no município (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

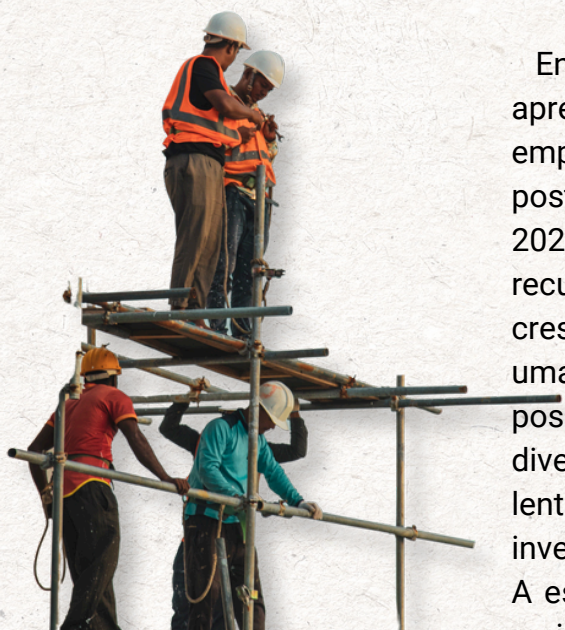
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

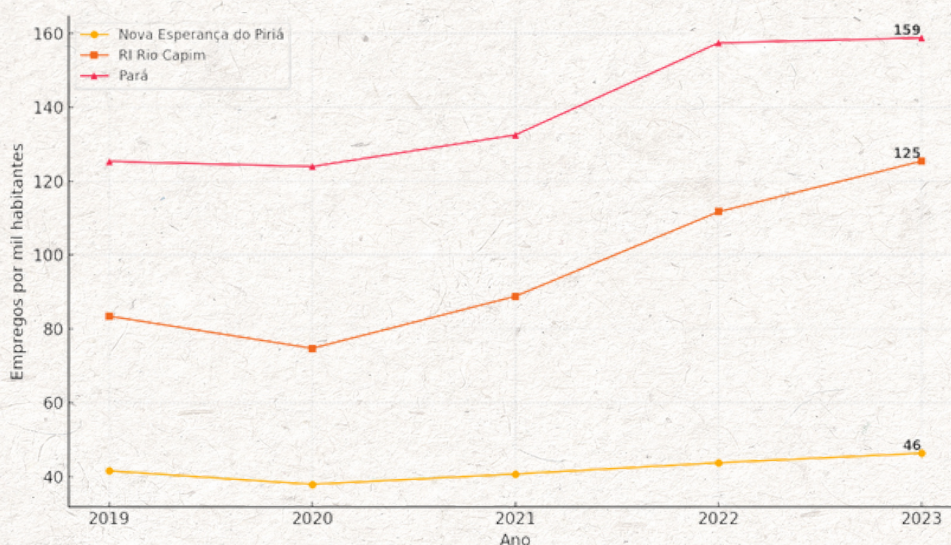


Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Nova Esperança do Piriá apresentou um crescimento modesto no número de empregos formais por mil habitantes, iniciando com 42 postos formais em 2019 e encerrando o período com 46 em 2023. Houve uma queda em 2020 (38), seguida de uma recuperação gradual em 2021 (41) e 2022 (44). Esse crescimento de apenas 4 pontos em cinco anos demonstra uma baixa dinâmica no mercado formal de trabalho local, possivelmente devido à estrutura econômica pouco diversificada ou à predominância de atividades informais. A lentidão nesse avanço pode refletir dificuldades em atrair investimentos ou políticas públicas voltadas à formalização. A estabilidade observada, apesar da pandemia, indica uma resiliência relativa, mas com crescimento abaixo do desejado (Gráfico 15).

Na Região de Integração Rio Capim, o indicador apresentou maior dinamismo: partiu de 84 em 2019, caiu para 75 em 2020, e subiu progressivamente para 89 (2021), 112 (2022) e 125 em 2023. Essa variação de 41 pontos revela um processo robusto de recuperação e expansão do emprego formal na região, possivelmente impulsionado por investimentos regionais ou reativação de setores produtivos estratégicos. Já o estado do Pará iniciou em 126 (2019) e manteve relativa estabilidade em 2020 (125), crescendo para 132 (2021), 157 (2022) e 159 em 2023. O estado mostrou resiliência durante a pandemia e vigorosa expansão nos anos seguintes (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

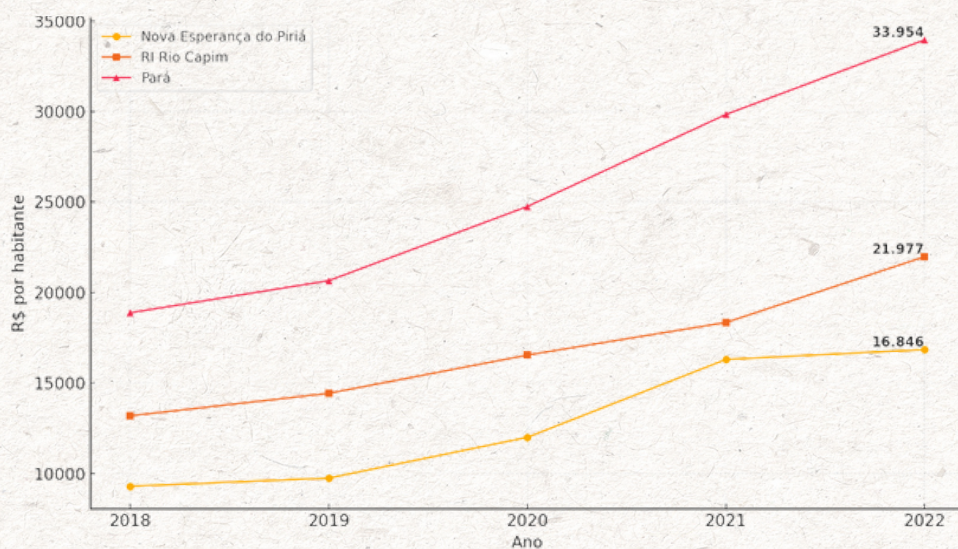
Nova Esperança do Piriá apresentou um crescimento significativo no PIB per capita entre 2018 e 2022, partindo de R\$ 9.187 por habitante em 2018 e alcançando R\$ 16.846 em 2022. O avanço foi contínuo ao longo do período: R\$ 9.628 em 2019, R\$ 12.193 em 2020, R\$ 16.284 em 2021 e, por fim, R\$ 16.846 em 2022. O salto mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, com aumento de mais de R\$ 4 mil, o que pode refletir investimentos pontuais, aumento de repasses ou melhorias em setores produtivos específicos. Apesar da evolução positiva, o município ainda



apresenta um PIB per capita inferior à média da RI e do estado. A renda por habitante, mesmo em crescimento, continua baixa, indicando limitações na produtividade e na geração de riqueza local (Gráfico 16).

Na Região de Integração Rio Capim, o PIB per capita evoluiu de R\$ 13.260 em 2018 para R\$ 21.977 em 2022, apresentando crescimento constante ano a ano. Em 2019, o valor chegou a R\$ 14.451; em 2020, atingiu R\$ 16.607; e em 2021, R\$ 18.456. A expansão regional sugere maior diversificação produtiva e possível presença de polos

Gráfico16 - PIB per capita, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

industriais ou agroindustriais. Já no estado do Pará, o crescimento foi ainda mais expressivo: o indicador saltou de R\$ 18.947 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com variações substanciais especialmente a partir de 2020. O crescimento estadual reflete o peso crescente de setores como mineração, energia e indústria de transformação na composição do PIB (Gráfico 16).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.846/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

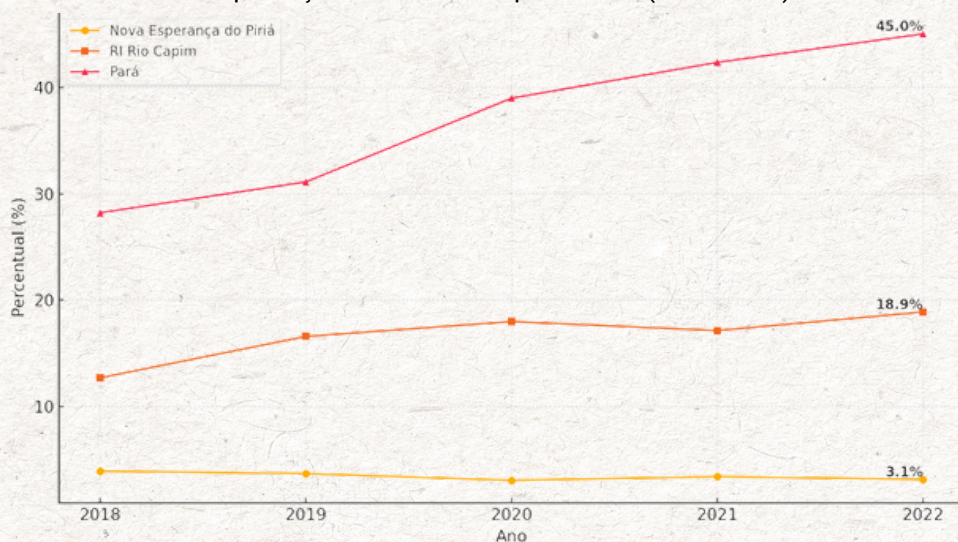


O município de Nova Esperança do Piriá demonstrou participação industrial extremamente baixa no PIB entre 2018 e 2022. Em 2018, o valor adicionado da indústria representava 3,9% do PIB local, recuando levemente para 3,7% em 2019 e para 3,1% em 2020. Nos anos seguintes, o indicador manteve-se estagnado em 3,1% tanto em 2021 quanto em 2022. Esse cenário sinaliza pouca contribuição do setor industrial à economia municipal, o que pode refletir a predominância de atividades primárias ou do setor público local. A ausência de variações significativas indica que não houve novos investimentos industriais relevantes no período (Gráfico 17).

Na Região de Integração Rio Capim, observa-se um perfil mais equilibrado, com a indústria participando com 12,8% do PIB em 2018 e crescendo de forma contínua até 18,9% em 2022. O ritmo de crescimento foi notável até 2020 (18%) e, embora tenha oscilado levemente em 2021 (17,4%), voltou a subir em 2022. Isso indica uma base industrial mais consolidada, com presença de atividades industriais relevantes, que podem incluir beneficiamento de produtos florestais, minerais ou agrícolas. Já no estado do Pará, o valor adicionado da indústria evoluiu fortemente, partindo de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. A elevação expressiva mostra o peso da mineração e da indústria de transformação na estrutura econômica estadual (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Nova Esperança do Piriá, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes manteve-se praticamente estável, com ligeira oscilação: 12,7 em 2019, 12,0 em 2020 e 2021, 12,7 em 2022 e 13,0 em 2023. Esses valores mostram uma estagnação na atração ou formação de profissionais dessa área no município, o que po-

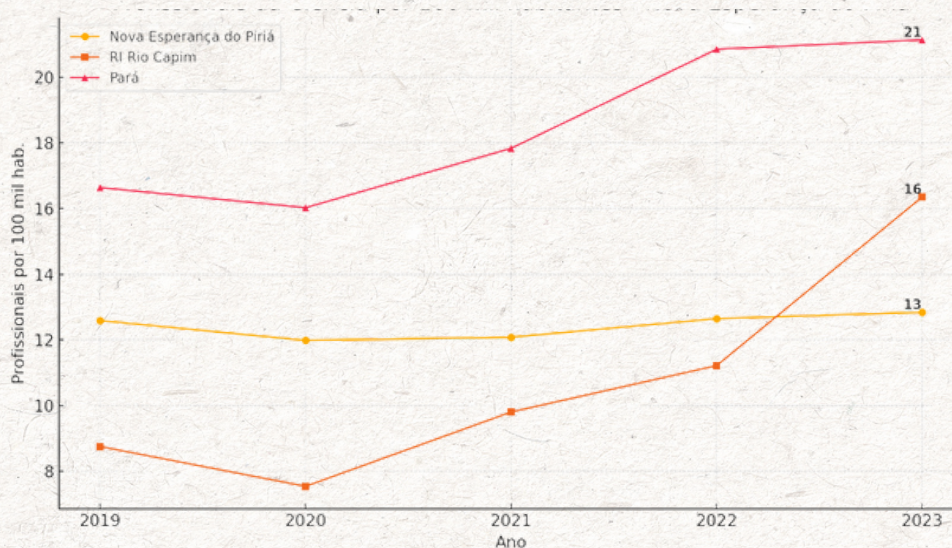


de refletir uma limitação na oferta local de empregos qualificados e centros de pesquisa. Apesar da leve alta recente, o número permanece abaixo da média estadual e regional. A estagnação compromete a capacidade local de produzir conhecimento científico e tecnológico. Esse quadro pode ser um entrave ao desenvolvimento econômico mais inovador e sustentável (Gráfico 18).

Na Região de Integração Rio Capim, o indicador cresceu de 8,8 em 2019 para 16,0 em 2023, mostrando avanços consistentes, especialmente entre 2021 e 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2022 (11,2) e 2023 (16,0), o que pode estar associado a políticas públicas, expansão educacional ou contratação de profissionais com perfil técnico-científico. Já o estado do Pará também teve crescimento: de 16,6 em 2019 para 21,0 em 2023, com elevação mais marcada a partir de 2021. Esse avanço sugere uma valorização crescente das carreiras científicas em nível estadual (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

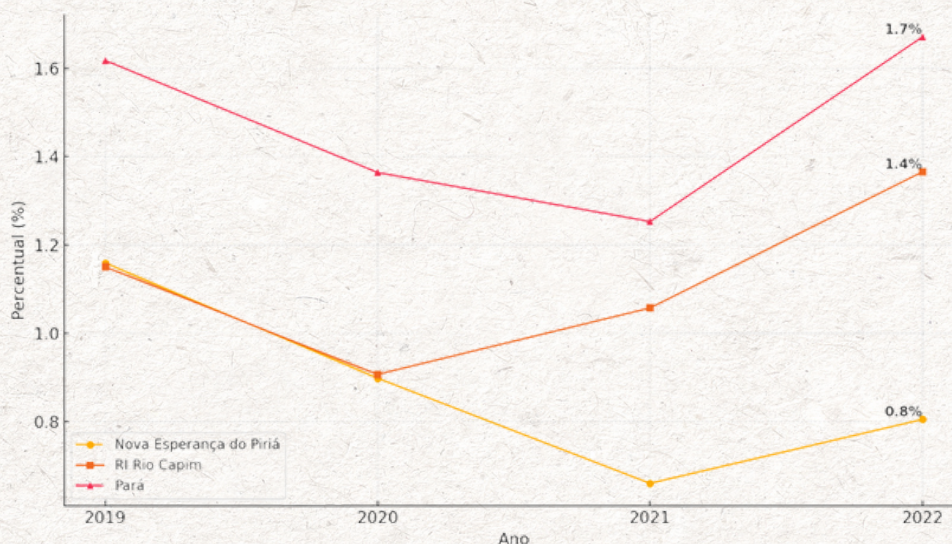


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Nova Esperança do Piriá, a massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB caiu de 1,15% em 2019 para 0,8% em 2022, com o ponto mais baixo registrado em 2021 (0,69%). Essa queda pode indicar dois fenômenos: ou houve uma retração na formalização e nos salários, ou o PIB cresceu sem que isso fosse acompanhado por ganhos na remuneração formal. A recuperação parcial em 2022 não compensou a perda acumulada. O resultado revela baixa participação da renda formal na economia local. Essa situação reforça o predomínio de empregos informais ou de baixa remuneração no município (Gráfico 19).

Na Região de Integração Rio Capim, a massa salarial passou de 1,17% em 2019 para 1,4% em 2022, com ligeira queda em 2020 (0,91%), seguida de recuperação. Já no estado do Pará, o indicador iniciou em 1,62% em 2019, caiu para 1,35% em 2020 e 1,26% em 2021, mas cresceu novamente para 1,7% em 2022. O comportamento estadual mostra maior resiliência da remuneração formal, com forte recuperação pós-pandemia. A diferença entre os níveis de participação no PIB mostra que, proporcionalmente, os trabalhadores formais têm menos peso na economia dos municípios menores (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

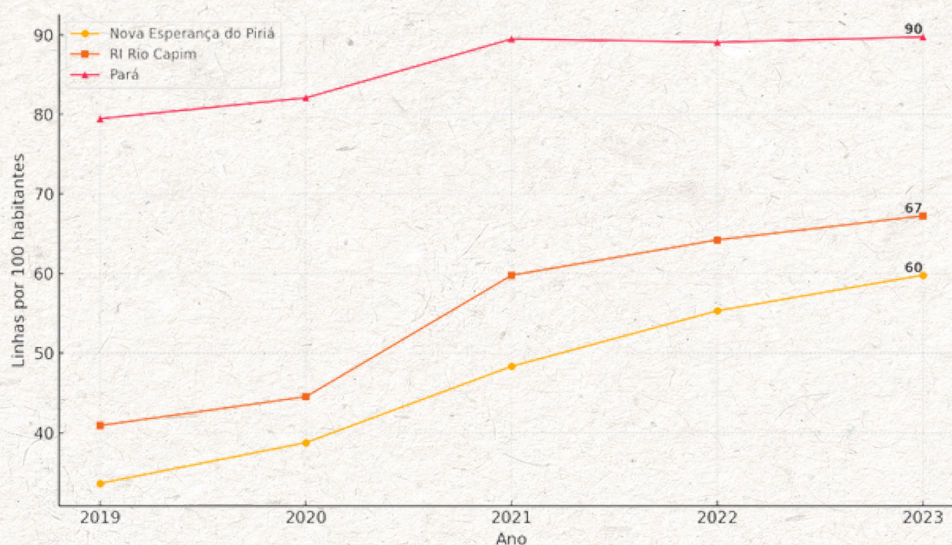
Acesso à Telefonia Móvel

Em Nova Esperança do Piriá, o acesso à telefonia móvel por 100 habitantes passou de 33,5 linhas em 2019 para 60,2 linhas em 2023. O crescimento foi progressivo: 38,5 (2020), 48,3 (2021), 55,4 (2022) e, por fim, 60,2 em 2023. O indicador quase dobrou no período, demonstrando uma ampliação importante na conectividade da população. Apesar disso, o município ainda apresenta valores inferiores à média da região e do estado. Em 2023, a RI Rio Capim atingiu 67 linhas e o Pará, 90 linhas por 100 habitantes. Isso evidencia que, embora a expansão tenha sido significativa, ainda persiste uma lacuna digital (Gráfico 20).

Na Região de Integração Rio Capim, o crescimento também foi expressivo: de 41,1 em 2019 para 67,0 em 2023, com aumento especialmente acelerado entre 2020 (44,6) e 2021 (60,1). O estado do Pará já partia de um patamar alto: 79,6 em 2019, alcançando 90 linhas em 2023. Esse avanço mais moderado em nível estadual sugere maturidade do acesso à telefonia móvel. A diferença entre o município e os demais níveis é relevante, indicando desigualdades de infraestrutura digital. A ampliação do acesso em Nova Esperança é positiva, mas ainda insuficiente para igualar o patamar de conectividade regional (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

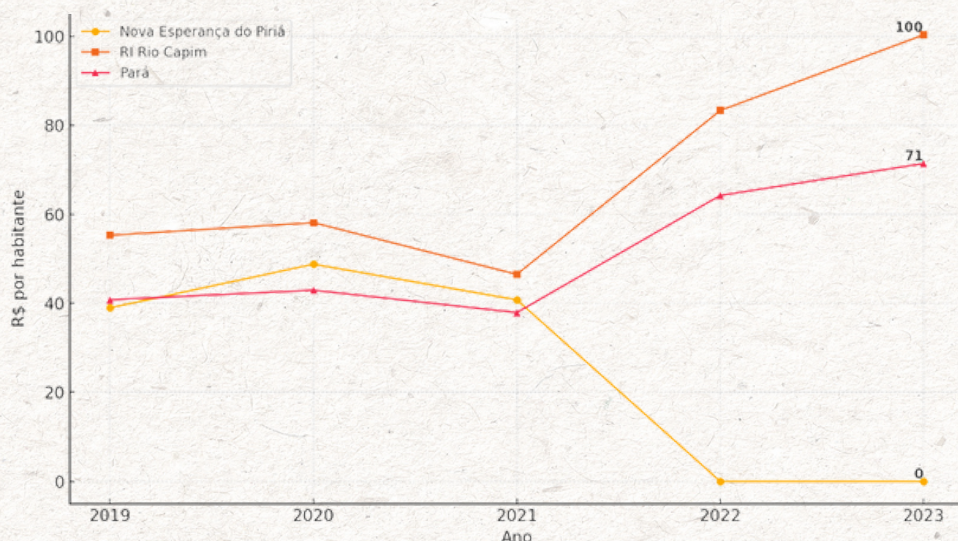
Em Nova Esperança do Piriá, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou queda acentuada no período. Após subir de R\$ 39 em 2019 para R\$ 49 em 2020, recuou para R\$ 41 em 2021 e zerou completamente nos anos de 2022 e 2023. Essa retração representa uma interrupção nos investimentos públicos nas áreas cultural e ambiental. A ausência de alocação de recursos nestes dois anos pode prejudicar a preservação do patrimônio cultural local e ações ambientais básicas. Em contraste, a Região de Integração Rio Capim aumentou seus investimentos de R\$ 56 (2019) para R\$ 100 (2023), com aceleração entre 2021 e 2022. O Pará

também avançou de R\$ 40 para R\$ 71 no mesmo período (Gráfico 21).

A Região de Integração Rio Capim manteve trajetória crescente com pequenas oscilações: R\$ 56 (2019), R\$ 58 (2020), R\$ 47 (2021), R\$ 83 (2022) e R\$ 100 (2023). Já o estado do Pará investiu R\$ 40 (2019), R\$ 43 (2020), caiu para R\$ 38 (2021) e subiu para R\$ 64 (2022) e R\$ 71 (2023). Esses dados mostram que, enquanto o município regrediu a ponto de zerar recursos, os demais territórios reforçaram investimentos. A ausência de políticas locais nessas áreas pode agravar desigualdades ambientais e limitar o acesso da população a bens culturais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



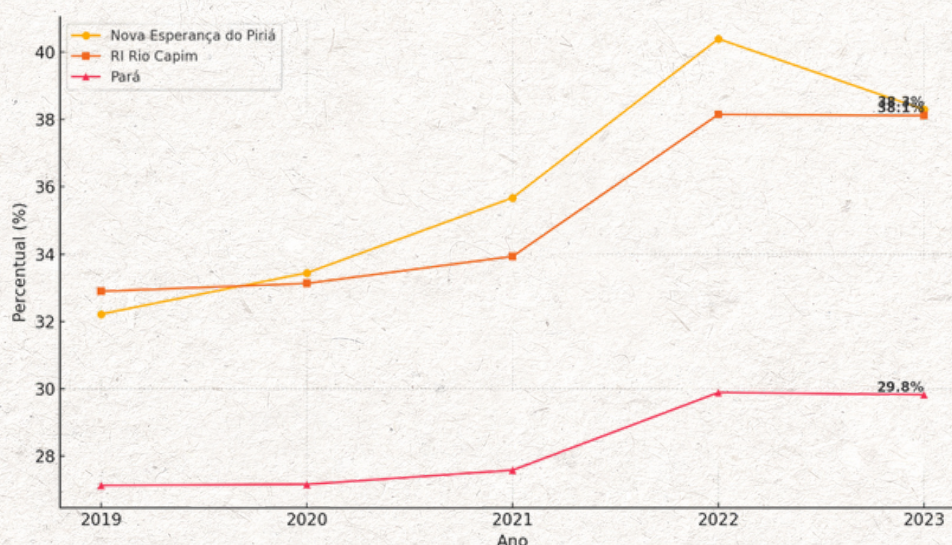
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Nova Esperança do Piriá cresceu de 32,3% em 2019 para 38,3% em 2023, com pico de 40,4% em 2022. Essa trajetória mostra um agravamento na precariedade do serviço de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos entre os mais pobres. O crescimento foi contínuo: 33,5% (2020), 35,7% (2021), 40,4% (2022), caindo levemente para 38,3% em 2023. A situação é crítica quando comparada ao estado, que registrou 27,0% em 2019 e 29,8% em 2023. Na RI Rio Capim, o percentual também subiu, de 32,9% (2019)

para 38,1% (2023), refletindo um padrão regional de deficiência no serviço (Gráfico 22).

O dado revela que práticas ambientalmente inadequadas seguem como solução recorrente entre os mais pobres. O crescimento do indicador pode estar relacionado à expansão urbana desordenada, falta de infraestrutura pública e ausência de campanhas educativas. O Pará, apesar de também apresentar crescimento, mantém os percentuais bem abaixo dos verificados no município e na região. Isso indica maior cobertura ou eficiência do serviço de coleta em outras áreas do estado (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

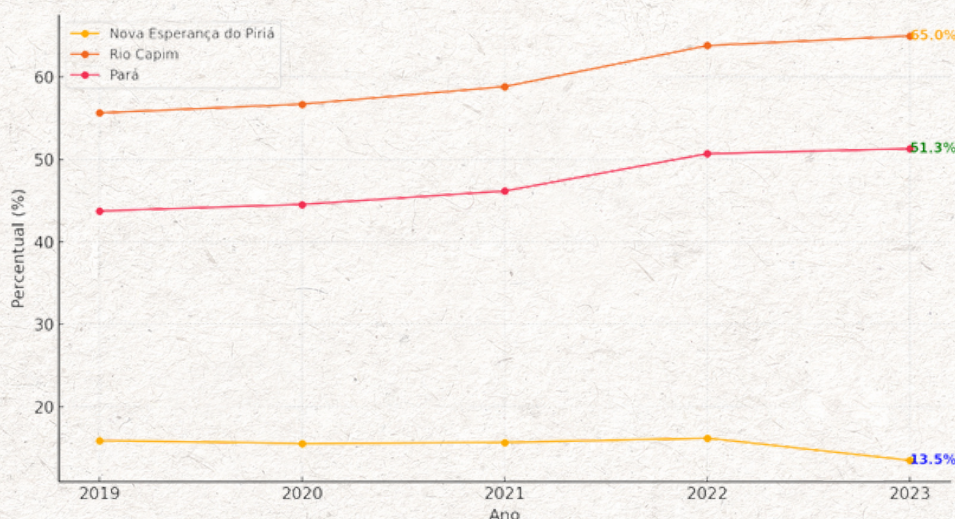
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Nova Esperança do Piriá, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar caiu de 15,6% em 2019 para 13,5% em 2023. O indicador oscilou ligeiramente ao longo dos anos: 15,1% (2020), 15,2% (2021), 15,8% (2022) e uma queda mais significativa em 2023. Apesar da redução, o percentual ainda aponta para um contingente relevante da população em situação precária de saneamento. Já na Região de Integração Rio Capim, o indicador aumentou de 55,4% em 2019 para 65,0% em 2023, revelando deterioração. O estado do Pará também apresentou alta, saindo de 43,9% para 51,3% no mesmo período (Gráfico 23).

O desempenho de Nova Esperança contrasta positivamente com os demais territórios, onde houve piora. A redução pode ser resultado de intervenções pontuais no saneamento básico ou programas habitacionais com soluções sanitárias melhores. Ainda assim, mesmo com percentual inferior, o número é preocupante e exige continuidade das ações. O acesso precário a saneamento básico compromete a saúde pública e o meio ambiente. A manutenção da tendência de queda dependerá da execução de políticas contínuas, especialmente voltadas à população vulnerável (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

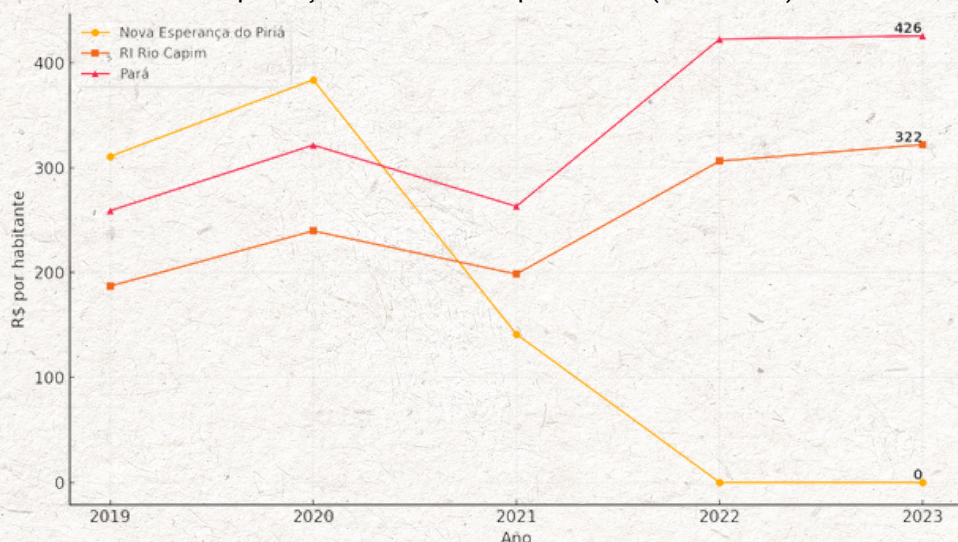
Gastos per capita com prevenção de desastres

Nova Esperança do Piriá iniciou 2019 com R\$ 313 por habitante em gastos com prevenção de desastres, subindo para R\$ 387 em 2020. No entanto, a partir de 2021, os valores caíram drasticamente: R\$ 140 em 2021, e zero tanto em 2022 quanto em 2023. A queda representa a completa interrupção dos investimentos nessa área crucial. Isso é especialmente preocupante diante das mudanças climáticas e vulnerabilidades locais. Já a Região de Integração Rio Capim subiu de R\$ 187 (2019) para R\$ 322 (2023), com crescimento constante desde 2021. O estado do Pará também apresentou evolução: de R\$ 258 (2019) para R\$ 426 (2023) (Gráfico 24).



Enquanto município reduziu a zero os recursos, os demais territórios reforçaram os investimentos, especialmente após 2021. O Pará teve aumento expressivo entre 2021 (R\$ 263) e 2022 (R\$ 423), mantendo em 2023 (R\$ 426). Esse contraste demonstra que Nova Esperança do Piriá seguiu uma direção contrária à tendência estadual. A falta de continuidade em políticas de prevenção pode agravar os impactos de eventos extremos. A comparação evidencia fragilidade na priorização orçamentária do município. A retomada de investimentos é fundamental para reduzir riscos e proteger comunidades vulneráveis (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

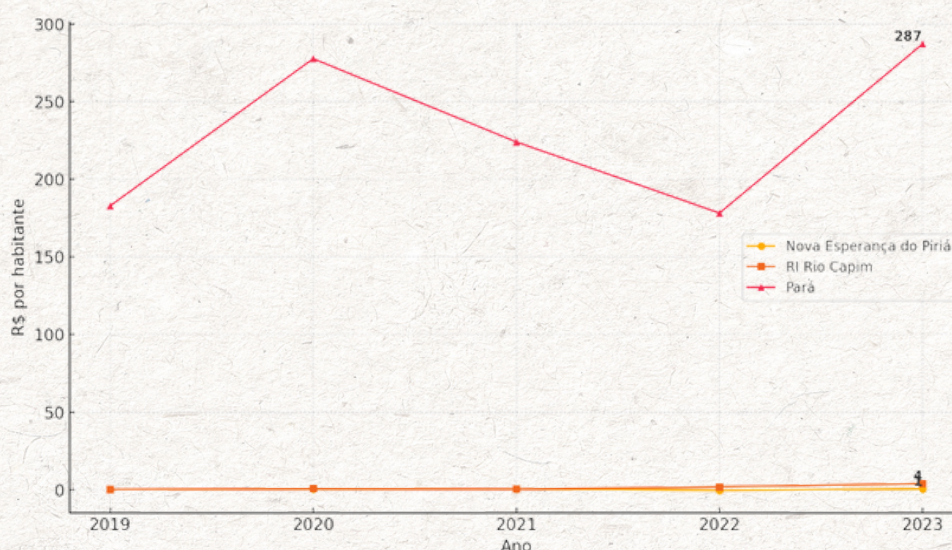
A despesa per capita com preservação aquática em Nova Esperança do Piriá foi extremamente baixa ao longo de todo o período. O município manteve o valor de R\$ 1 por habitante de 2019 a 2023. Esses números indicam uma ausência prática de políticas públicas voltadas à proteção de recursos hídricos. Na Região de Integração Rio Capim, a situação foi idêntica: R\$ 1 de 2019 a 2022, com aumento para R\$ 4 em 2023. Esses valores mostram que a temática tem recebido pouca atenção orçamentária na escala local e regional. Em contraste, o estado do Pará manteve investimentos substancialmente maiores (Gráfico 25).

O Pará registrou R\$ 184 em 2019, subiu para R\$ 277 em 2020, caiu para R\$ 228 (2021) e R\$ 180 (2022), voltando a subir em 2023 para R\$ 287. Essa variação mostra oscilação, mas dentro de um patamar alto em comparação aos outros níveis. O estado tem mantido uma política mais consistente e expressiva em termos de recursos destinados à preservação aquática. A baixa prioridade dada ao tema nas escalas local e regional pode comprometer a qualidade da água e os ecossistemas aquáticos. A valorização desses investimentos é estratégica para segurança hídrica, saúde pública e preservação ambiental. O município precisa avançar urgentemente nessa agenda (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

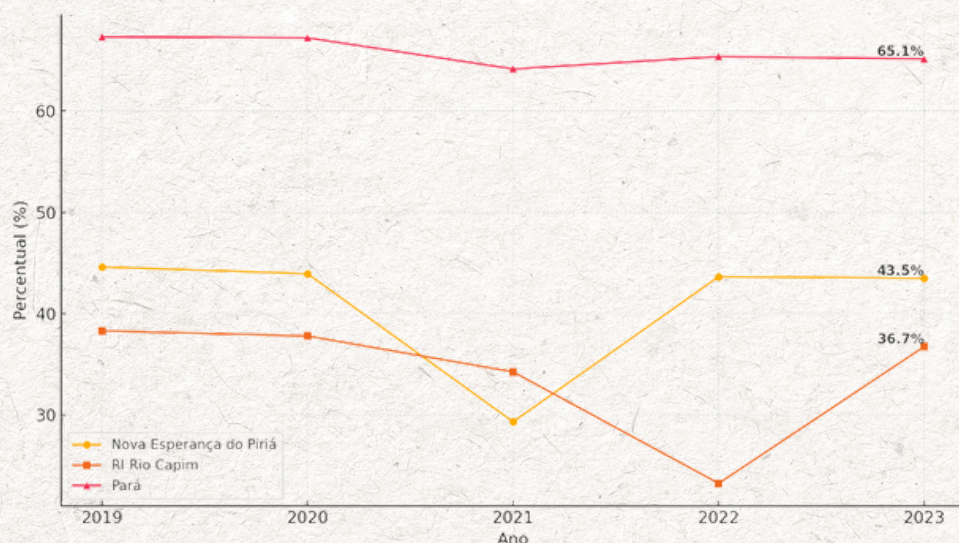
Nova Esperança do Piriá apresentou relativa estabilidade na área florestal em 2019 (44,2%) e 2020 (43,8%), mas sofreu forte queda em 2021 para 29,3%. A partir de então, o indicador voltou a crescer, atingindo 43,5% em 2022 e mantendo-se nesse patamar em 2023. Essa oscilação pode indicar um desmatamento intenso e posterior recuperação por regeneração natural ou política de reflorestamento. Já a Região de Integração Rio Capim teve queda de 38,6% (2019) para 29,5% (2022), recuperando-se ligeiramente para 36,7% em 2023. O Pará, por sua vez, manteve estabilidade

alta no período: de 66,1% (2019) para 65,1% (2023) (Gráfico 26).

A diferença entre o município e o estado é significativa: Nova Esperança tem cerca de 20 pontos percentuais a menos de área florestal do que a média estadual. O dado reforça a importância de ações locais de controle do uso do solo e preservação da vegetação nativa. A instabilidade nos percentuais em Nova Esperança e na RI indica pressão sobre o território e uso intensivo dos recursos naturais. O estado do Pará, apesar de manter boa cobertura florestal, também exige constante monitoramento (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

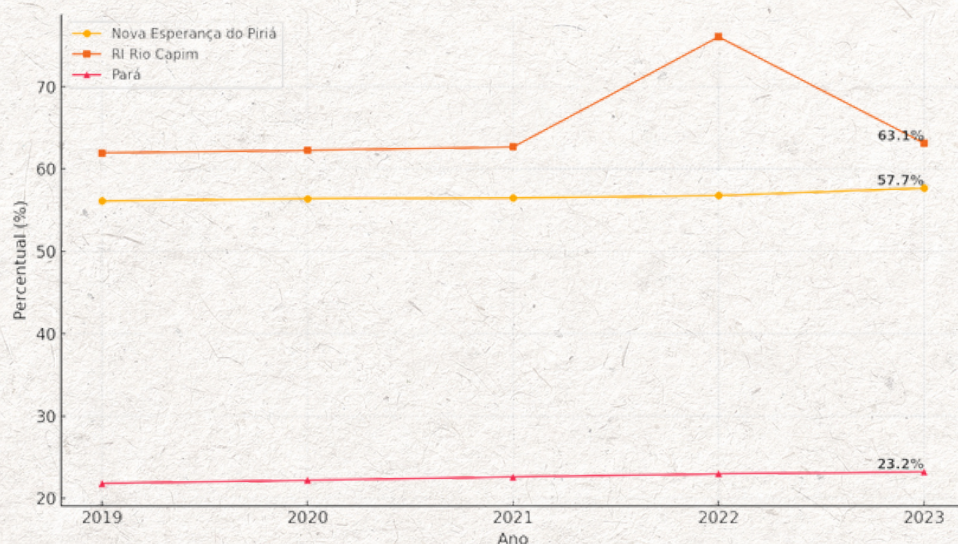
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Nova Esperança do Piriá manteve relativa estabilidade no percentual da área desmatada, que foi de 56,4% em 2019 e atingiu 57,7% em 2023. Ao longo do período, os valores variaram muito pouco: 56,5% (2020), 56,8% (2021), 57,0% (2022). Essa estabilidade em níveis elevados mostra que mais da metade do território já está desmatado. Na Região de Integração Rio Capim, os números são ainda mais alarmantes: de 61,8% (2019) para um pico de 76,1% em 2022, recuando ligeiramente para 63,1% em 2023. No estado do Pará, o percentual subiu de 21,4% em 2019 para 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

O município e a RI apresentam proporções de área desmatada três vezes superiores à média estadual. Esses dados reforçam o grau de comprometimento ambiental nas áreas locais e regionais, onde a pressão sobre a terra é intensa. A situação sugere que o avanço da agropecuária, urbanização ou exploração madeireira tenha transformado radicalmente a paisagem. Apesar da aparente contenção em 2023, os índices ainda são muito altos. É fundamental promover o reflorestamento, uso sustentável do solo e fiscalização para estancar o avanço do desmatamento (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

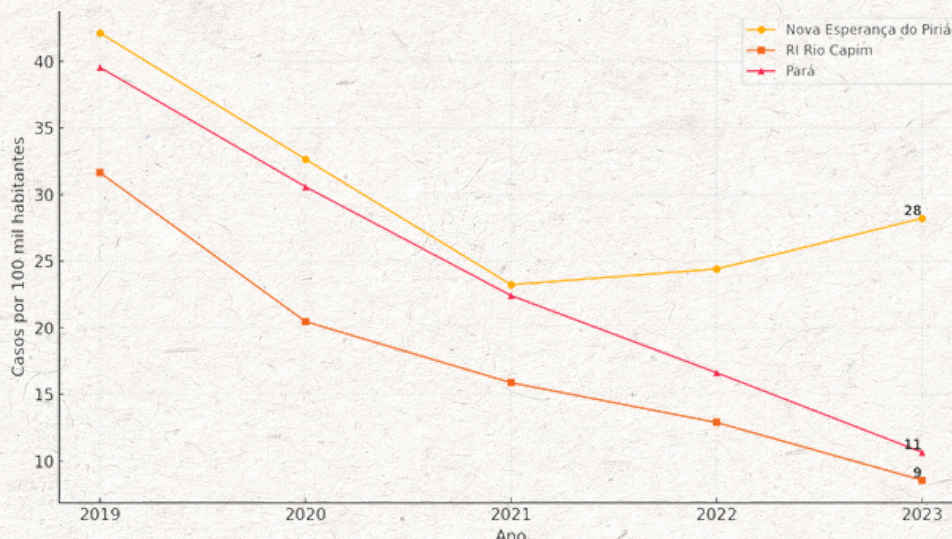
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Nova Esperança do Piriá, o índice de trabalho infantil iniciou em 2019 com 42 casos por 100 mil habitantes e apresentou uma queda até 2021, chegando a 23. Em 2022 houve leve aumento para 24 e, em 2023, o número subiu para 28 casos. Apesar da redução inicial significativa, a alta nos dois últimos anos indica uma reversão preocupante da tendência. Na Região de Integração Rio Capim, o indicador caiu constantemente: de 32 (2019) para apenas 9 casos por 100 mil habitantes em 2023. O mesmo padrão de queda foi observado no Pará, de 39 em 2019 para 11 em 2023 (Gráfico 28).

Enquanto a região e o estado conseguiram avanços contínuos na redução do trabalho infantil, o município teve dificuldade em manter essa melhoria após 2021. Essa retomada do problema em Nova Esperança do Piriá pode estar associada a fatores como crise econômica, informalidade e falhas em políticas sociais. A discrepância em relação à média estadual (11) e regional (9) em 2023 reforça a vulnerabilidade local. A persistência de níveis mais altos no município exige ações específicas e direcionadas à proteção da infância. Monitoramento permanente e políticas integradas com educação e assistência social são fundamentais (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

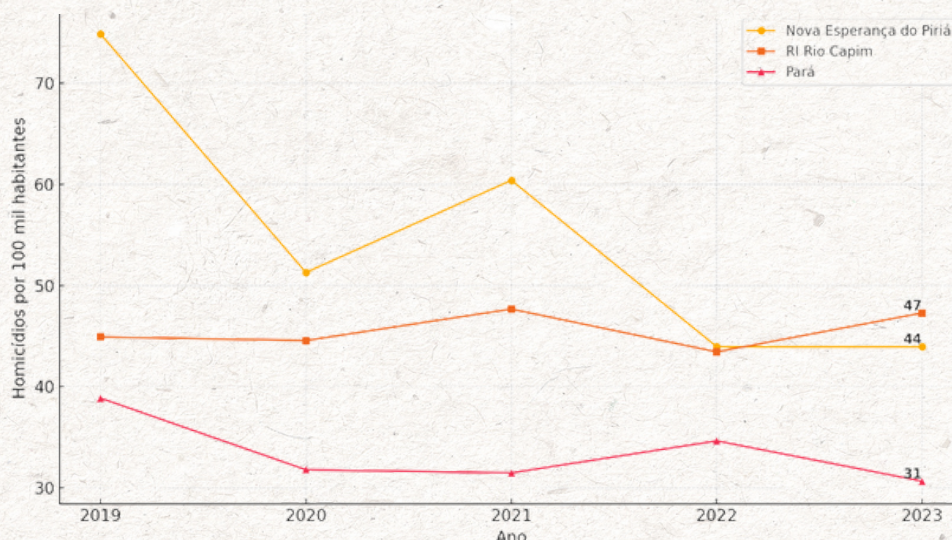
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Nova Esperança do Piriá registrou em 2019 uma taxa alarmante de homicídios: 75 por 100 mil habitantes. Em 2020, houve queda para 52, seguida de nova elevação em 2021 (60). A partir daí, os números diminuíram para 43 (2022) e se estabilizaram em 44 (2023). Mesmo com essa redução, a taxa municipal permanece acima da média estadual (31) e próxima da RI Rio Capim, que terminou 2023 com 47 homicídios por 100 mil. O comportamento irregular do indicador sugere instabilidade nos fatores de segurança pública local (Gráfico 29).

A Região de Integração Rio Capim manteve certa estabilidade: partiu de 45 em 2019, oscilou pouco e chegou a 47 em 2023. Já o estado do Pará teve queda constante: de 39 (2019) para 31 (2023), com redução mais significativa entre 2019 e 2020. Isso indica que políticas estaduais podem estar surtindo efeito, mas com menor impacto nas regiões mais violentas. Em Nova Esperança do Piriá, a taxa ainda é elevada, o que evidencia desafios estruturais em segurança, como baixa presença do Estado e vulnerabilidade social (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

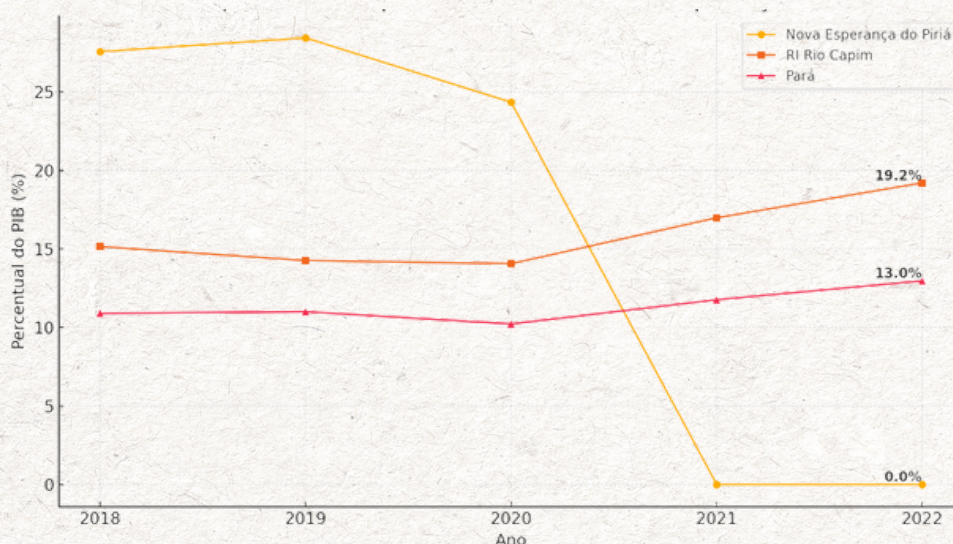


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Nova Esperança do Piriá, os gastos públicos municipais representavam 27,5% do PIB em 2018, subindo para 28,4% em 2019. Em 2020, houve uma queda para 24,3%, e a partir de 2021 os valores despencaram para 0,0%, mantendo-se nesse patamar também em 2022. Essa queda brusca pode indicar falhas na execução orçamentária, ausência de dados, ou mudança na forma de contabilização. Em contraste, a Região de Integração Rio Capim manteve estabilidade entre 2018 (15,1%) e 2020 (14,1%), e passou a crescer nos anos seguintes: 17,0% em 2021 e 19,2% em 2022. Já o estado do Pará teve evolução mais sutil: de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

A descontinuidade dos dados em Nova Esperança sugere perda de capacidade administrativa ou inconsistência na apuração fiscal. A diferença entre 2020 e 2021, em que os gastos caíram de 24,3% para 0%, é alarmante e rompe completamente a tendência histórica. O crescimento constante da RI Rio Capim indica fortalecimento da capacidade de investimento público local e regional. No estado, a evolução também demonstra compromisso com o aumento do peso do gasto público na economia. Comparativamente, o município passou de posição de destaque para um cenário de ausência de registros (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

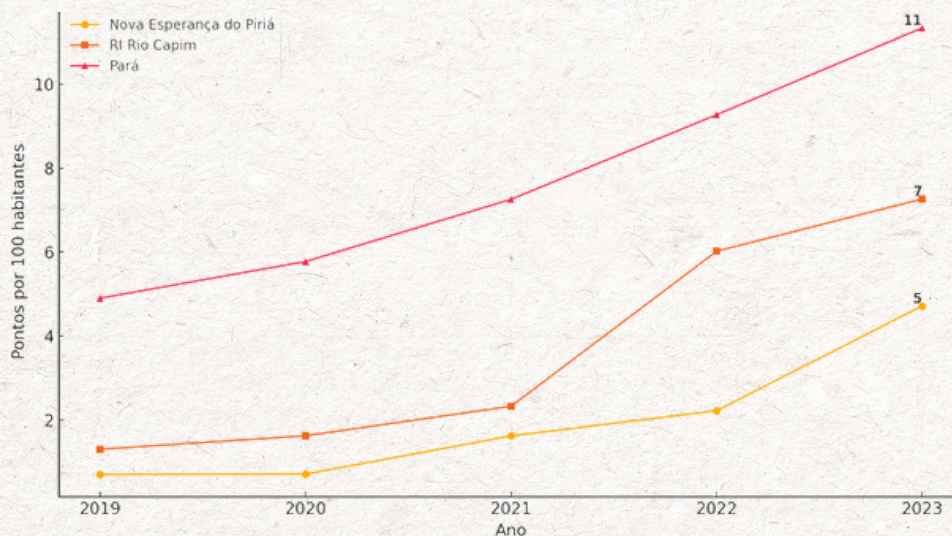
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Nova Esperança do Piriá, a taxa de acesso à banda larga fixa era de apenas 0,7 pontos por 100 habitantes em 2019 e 2020. A partir de 2021, houve leve elevação para 1,6 pontos, subindo para 2,3 em 2022 e alcançando 5,0 em 2023. O crescimento no período foi significativo, ainda que partindo de uma base muito baixa, indicando melhora recente na infraestrutura digital. Na Região de Integração Rio Capim, a trajetória foi semelhante, porém mais acelerada: de 1,4 (2019) para 7,0 (2023), com o maior salto entre 2021 (2,3) e 2022 (6,0). O estado do Pará apresentou crescimento contínuo e mais elevado: de 4,9 (2019) para 11,0 (2023) (Gráfico 31).

Embora Nova Esperança tenha dobrado sua taxa nos últimos dois anos, ela permanece com o menor acesso entre os três níveis analisados. A diferença para o estado é de 6 pontos por 100 habitantes, o que revela exclusão digital significativa. O crescimento mais acelerado na RI e no estado sugere que os investimentos em conectividade têm sido distribuídos de forma desigual. Essa disparidade pode impactar negativamente o acesso a serviços digitais, educação e oportunidades econômicas no município. A inclusão digital é fator-chave para a redução de desigualdades e desenvolvimento local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

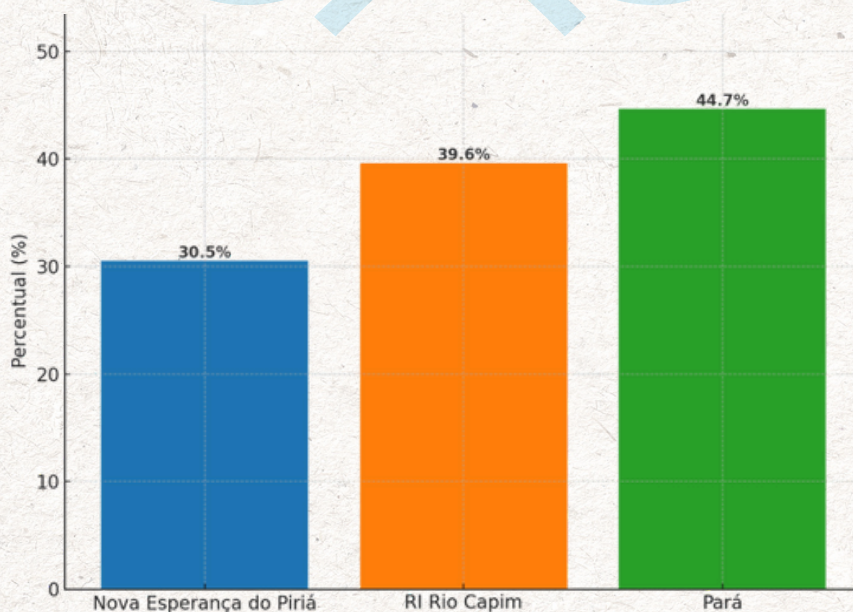
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Nova Esperança do Piriá** registrou um IDS de **30,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Nova Esperança do Piriá x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



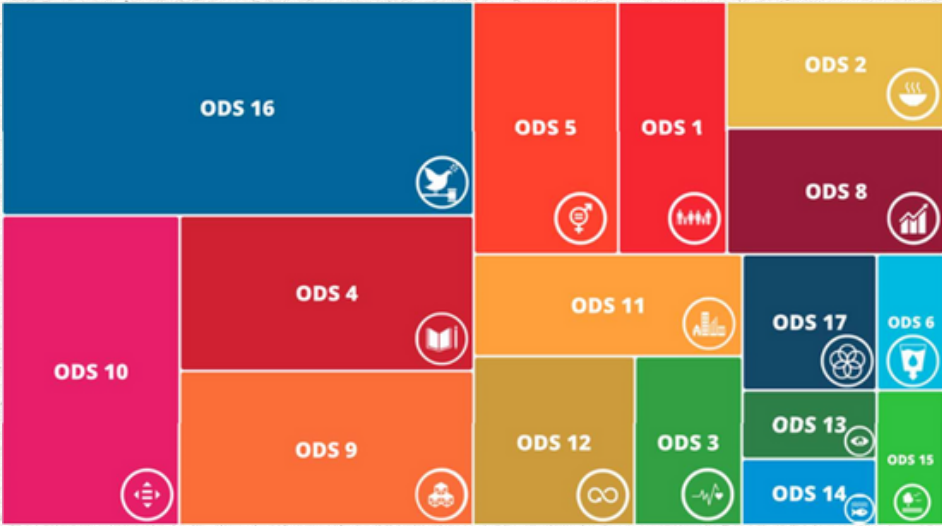
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Nova Esperança do Piriá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Nova Esperança do Piriá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

